

# **Entre dois fogos ou a pertinência do *continuum* entre polissemia e homonímia. Visão escalar na abordagem teórica em Linguística Cognitiva aplicada ao ensino do Português língua não-materna**

*Hanna Batoréo*  
Universidade Aberta

## **Abstract**

The difference between homonymy and polysemy is sometimes very subtle and difficult to establish as shown in studies carried out within Lexicology and Cognitive Linguistics in the last twenty years. In the present paper we defend that the notion of ‘*continuum*’ between these two phenomena is a very useful operational instrument for determination and description of multiple meaning. We defend that it should be treated as a pivotal concept not only for language teaching in general but especially for teaching Portuguese as a foreign language.

**Keywords:** polysemy, homonymy, Cognitive Linguistics, teaching Portuguese as a foreign language

**Palavras-chave:** polissemia, homonímia, Linguística Cognitiva, ensino do Português língua não-materna

## **0. Introdução**

Nos últimos anos, muito se tem escrito sobre a polissemia, sobretudo no âmbito de Linguística Cognitiva, mostrando que se trata de temática fundamental para qualquer estudo semântico da Linguagem e também da Cognição e da Cultura. No entanto, não se trata de problemática recente nos Estudos da Linguagem; o estatuto de temática fundamental foi-lhe reconhecido, há mais de um século, depois de Michel Bréal a ter baptizado com o nome que tem hoje e na sequência de longa tradição de reflexão que remonta aos Estóicos e a Aristóteles. No entanto, e apesar do reconhecimento de longa data, a polissemia foi votada ao esquecimento pelas duas grandes correntes linguísticas modernas, a estruturalista e a generativista, voltando só nos últimos vinte anos a ser uma questão central na semântica linguística, sobretudo no âmbito de Linguística Cognitiva e, também, de Linguística Computacional. A Linguística Cognitiva defende, por exemplo, que o fenómeno de polissemia não é exclusivo das categorias lexicais, mas é igualmente aplicável às categorias gramaticais (morfológicas, sintáticas, fonológicas), rompendo com a dicotomia artificial entre léxico e gramática (cf. Silva, 2006).

---

*Textos Seleccionados. XXIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL, 2009, pp. 115-124*

A **riqueza da problemática relativa à polissemia**, demonstrada, entre nós, nos últimos vinte anos sobretudo nos estudos efectuados no âmbito de **Linguística Cognitiva** por Silva (1989, 1990, 1999, 2006) evidencia algumas dúvidas que nos propomos colocar aqui e enfrentar ao longo das próximas páginas:

- (1) Quem precisa da distinção entre a polissemia e a homonímia?
- (2) Quais são os instrumentos de análise utilizados no estudo dos sentidos múltiplos?  
De que testes dispomos? Quando os testes funcionam e quando falham?
- (3) Precisamos da noção do *continuum* entre homonímia e polissemia?
- (4) Como representar a multiplicidade dos sentidos?

### 1. Quem precisa da distinção entre a polissemia e a homonímia? A importância da relevância psicológica e da motivação cognitiva no fenómeno da polissemia

No seu recente livro *O Mundo dos sentidos em Português*, elaborado no âmbito do enquadramento teórico de Linguística Cognitiva, Augusto Soares da Silva (2006) refere-se ao fenómeno da polissemia como sendo “*mil problemas para os linguistas e nenhum para os falantes*” (cf. título do cap. 2):

“(...) **a distinção entre polissemia e homonímia não tem qualquer relevância no uso efectivo** dos respectivos significados/palavras por parte dos falantes. Mais especificamente, o facto já referido de os falantes poderem reconhecer que dois sentidos de uma mesma forma estão relacionados ou não, **não tem nenhuma consequência no modo como usam essa forma ou esses sentidos**” (Silva, 2006: 49). [negritos nossos]

Efectivamente, sendo o critério geral de distinção entre polissemia e homonímia **a relação semântica entre os sentidos associados numa mesma forma**, esta distinção não tem qualquer relevância para o uso efectivo das unidades de língua por parte dos seus utentes nativos. Estes falantes distinguem intuitivamente entre **sentidos relacionados (polissemia) e não-relacionados (homonímia)**, independentemente da sua etimologia ou desenvolvimento histórico.

Repare-se, no entanto, que a **relevância psicológica** do reconhecimento de dois sentidos como iguais ou diferentes pelos falantes nativos não é infalível (cf. capítulo 6 em Silva, 2006). Os nativos distinguem, de facto, sentidos relacionados dos não-relacionados, mas não o fazem de um modo consensual ou unívoco, conforme se pode evidenciar através de inquéritos linguísticos específicos. Esta hesitação existente da parte dos falantes nativos na distinção entre os sentidos relacionados e não-relacionados pode apontar para a necessidade de um **metaconhecimento** que possa contribuir para a distinção mais explícita nesta área.

Ao contrário dos falantes nativos, **os não-nativos**, não dispendo das mesmas capacidades intuitivas ao nível de uma língua que não é a sua língua materna, podem usufruir do trabalho explícito do linguista (p. ex. empregando os testes de distinção entre os dois fenómenos) para melhorar e aprofundar o uso e o conhecimento do novo idioma. Se tanto uns como os outros parecem precisar deste tipo de estudos para melhorar o seu conhecimento metalinguístico da semântica e do léxico da língua que usam, os não-nativos parecem ter uma **motivação psicológica** muito forte para tal: o

mundo dos sentidos múltiplos contextualizado e construído com base na linguagem-em-uso no contexto da L2 abre mundos de conceptualizações e interpretações que podem vir a ser diferentes daqueles que estes falantes conhecem do funcionamento e do uso da sua língua materna. Este **confronto** entre a **conceptualização inerente à língua materna e à língua não-materna** precisa de **regras tão precisas e transparentes quanto possível**, que lhes permitam trabalhar o conhecimento da nova língua em aprendizagem, mas que na bibliografia de especialidade disponível entre nós não têm sido fáceis de definir inequivocamente (cf. bibliografia).

## 2. De que testes dispomos? Quando os testes funcionam e quando falham?

Tendo como fundo a discussão da temática desenvolvida por Silva ao longo dos últimos vinte anos (1989, 1990, 1999 e 2006), admitimos “*como critério geral de distinção entre polissemia e homonímia a relação semântica entre os sentidos associados numa mesma forma*” (Silva, 2006: 46), podendo esta relação ser apreciada quer do ponto de vista **diacrónico** (estabelecendo o étimo de cada palavra e verificando se duas palavras têm o mesmo étimo ou étimos diferentes) quer do ponto de vista **sincrónico**. Conforme defende o autor (cf. Silva, 2006: 47-48), ambos os critérios levantam sérios problemas. Por um lado, o **critério diacrónico** é inaceitável do ponto de vista do uso e do saber semântico-lexical dos falantes, pelo menos dos falantes nativos, e não é tão operatório como poderia parecer (cf. 2.2. abaixo). Por outro, o critério sincrónico levanta alguns problemas de tipo potencialmente subjectivo: o reconhecimento de uma relação entre diversos significados pode ser influenciado pela imaginação, formação ou interpretação individual dos falantes. No entanto, este critério mantém a sua pertinência se defendermos que os fenómenos de polissemia e homonímia não são constructos teóricos balizados apenas historicamente, mas constituem realidades motivadas psicologicamente.

Naquilo que diz respeito ao critério **sincrónico**, parece ser legítimo perguntar: como podemos definir formal e objectivamente a distinção sincrónica? Para tal, existem testes de carácter morfológico, sintáctico ou semântico:

- **Morfológico** → diferentes séries de derivados morfológicos como sinal de homonímia;
- **Sintáctico**: → diferentes construções, distribuições ou valências sintácticas como sinal de homonímia;
- **Semântico**: → testes da sinonímia e da antonímia, o teste de derivação semântica (sentido básico e os derivados por metonímia ou metáfora como sinal de polissemia), pertença a campos lexicais ou componenciais (sémicos) iguais ou diferentes.

Alguns destes critérios acabam por revelar-se **pouco operatórios**, em virtude, por exemplo, da não-discrição típica de campos lexicais ou da insuficiência dos critérios sémicos na definição das relações semânticas (cf. Silva, 2006: 49).

### 2.1. Quando os testes funcionam?

Tendo por objectivo ilustrar a problemática atrás enunciada, atentemos nos exemplos a seguir apresentados (exemplos 1, 2, 3 e 4).

(1)

Qualquer falante nativo do Português distingue facilmente as palavras **'saia'1 (peça de roupa feminina)** e **'saia'2 (forma do verbo 'sair')** como não sendo ligadas semanticamente, em que as duas formas, embora homófonas e homógrafas, são puro acidente histórico. Para justificar este tipo de homonímia do ponto de vista linguístico, efectuam-se **testes** de carácter (i) etimológico (de facto, no caso em análise, os dois itens provêm de dois étimos latinos diferentes), (ii) de pertença à mesma ou a diferentes classes gramaticais, bem como a diferentes famílias de formação derivativa (neste caso, trata-se de duas classes diferentes, um nome e um verbo, com formações derivativas naturalmente diferentes), (iii) de pertença ao mesmo ou a vários campos lexicais (neste caso, os campos são diferentes) e (iv) de ocorrência em contextos sintácticos diferentes (o que também se confirma no caso das duas palavras em estudo).

(2) e (3)

Uma situação análoga pode observar-se no caso de pares como **'são'1 (saudável)** e **'são'2 (forma do verbo 'ser')** ou **'canto'1 ('ângulo')** e **'canto'2 (forma do verbo 'cantar')**, no caso dos quais todos os testes acima apresentados são, também, coincidentes.

(4)

Inclui-se, também, nesta categoria de exemplos ilustrativos de homonímia plenamente justificada o caso do par **'fogo'1**, expressão elíptica de *'há fogo!'*, que é um pedido de socorro ou grito de alerta, em caso de incêndio, e **'fogo'2**, interjeição recente e eufemismo por semelhança sonora da primeira sílaba com um palavrão, do mesmo tipo que *'fônix'* ou *'fosca-se'*. Estamos, aqui, perante duas palavras semanticamente não relacionadas, isto é, perante um acaso histórico, em que a etimologia, os campos lexicais e semânticos não coincidem e as palavras funcionam em contextos sintácticos e discursivos diferentes.

### 2.2. Quando os testes falham?

Se existem casos em que os testes são transparentes e funcionam de um modo inequívoco (cf. os exemplos em 2.1.), a coerência real dos testes é um fenómeno muito raro; de facto, muitas das vezes os critérios não coincidem, levando a resultados contraditórios (v. exemplos 5, 6 e 7 a seguir).

(5)

Veja-se, então, o exemplo **'canto'2 (forma do verbo 'cantar')** e de **'canto'3 (p. ex. 'canto gregoriano')**, em que o teste etimológico nos indica a origem comum (ou, pelo menos, aparentada) das duas palavras (critério (i) acima), enquanto o teste lexical indicia a pertença de ambas ao mesmo campo lexical (critério (iii) acima). Apesar destas coincidências, o facto de as duas palavras pertencerem a duas classes gramaticais diferentes leva-nos a identificá-las, à partida, como palavras de sentidos diferentes, isto

é, homónimas. Torna-se evidente, porém, que – qualitativamente – este tipo de homonímia em que os testes coincidem apenas parcialmente não é o mesmo tipo de homonímia que verificámos acima entre o par ‘*canto*’1 (‘*ângulo*’) e ‘*canto*’2 (forma do verbo ‘*cantar*’) (cf. Exemplo 3), existindo entre os dois um relacionamento vago (isto é, *fuzzy*) de parencas de família.

Na sequência das observações acima apresentadas e utilizando o aparelho teórico-metodológico de Linguística Cognitiva (cf. Bibliografia), defendemos que, no primeiro caso (‘*canto*’ 1 & 2), se trata de uma **homonímia forte**, prototípica, um fenómeno puramente acidental, isto é, um acaso histórico, enquanto no segundo (‘*canto*’ 2 & 3), a homonímia é claramente **mais fraca**, menos prototípica (ou seja, mais periférica em relação ao protótipo), sujeitando-se à **análise de tipo polissémico**.

(6)

O caso de homonímia menos prototípica pode exemplificar-se, também, pelo caso do par ‘*banco*’1 (**assento**) e ‘*banco*’2 (**instituição de crédito**), em que a etimologia parece não ser a mesma (mas não está totalmente esclarecida), as classes morfológicas são as mesmas, mas os itens pertencem a diferentes campos lexicais e a diferentes famílias de formação derivativa (‘*banco*’1 > ‘*banqueta*’ e ‘*banco*’2 > ‘*bancário*’ > ‘*banqueiro*’).

(7)

Observe-se, também, o caso de duas formas criadas a partir de verbos regulares ‘*tomarem*’1 (**o Infinitivo (Pessoal)**) e ‘*tomarem*’2 (**o Futuro do Conjuntivo**), que se distinguem apenas pelo contexto sintáctico em que ocorrem, como em: ‘*para tomarem as medidas adequadas*’ e ‘*se tomarem as medidas adequadas*’.

Em todos os exemplos acima apresentados (5, 6 e 7), trata-se de **associações de sentidos aparentemente não-relacionados** (isto é, de homonímias), com etimologias iguais, próximas ou aparentadas (ou ainda não explicadas), mas que, **por serem menos prototípicas, permitem uma análise polissémica**, dados os factores de coerência semântica num complexo de sentidos associados a uma mesma forma.

Por outro lado, o **critério etimológico** (ou diacrónico) considerado, tradicionalmente, como o teste fundamental na distinção entre os fenómenos de polissemia e homonímia nem sempre é infalível ou tão operativo como à primeira vista poderia parecer:

- (i) os dicionários podem não coincidir no caso da indicação das etimologias (cf. ‘*fino*’);
- (ii) existem palavras cuja origem é desconhecida ou hipotética ou, até, tão recuada no tempo que pode tornar opaca a história do estabelecimento de uma relação etimológica (cf. ‘*porto*’ (abrigo e vinho) discutido no caso do Português e do Inglês por Lyons, 1977: 551);
- (iii) podem existir palavras sincronicamente homónimas vindas do mesmo étimo como é o caso de ‘*cabo*’1 – acidente geográfico e ‘*cabo*’2 – posto militar, ambos provenientes do étimo latino ‘*caput*’;
- (iv) podem existir, pelo contrário, palavras provenientes de dois étimos diferentes, mas reconhecidos pelos falantes como semanticamente relacionados, conforme verificado no caso de ‘*vago*’1 – impreciso, indeterminado do latim ‘*vagum*’ e ‘*vago*’2 – não ocupado do latim ‘*vacum*’ (cf. Silva, 2006: 47).

### 2.3. Precisamos da noção do *continuum* entre homonímia e polissemia?

Dada a riqueza de modos diversos em que os diferentes sentidos se podem associar uns com os outros numa mesma forma linguística, bem como verificada a impossibilidade de criar uma fronteira unívoca e clara entre os fenómenos de polissemia e homonímia, conforme demonstram os exemplos e os testes linguísticos atrás apresentados, conclui-se que **estes dois fenómenos não constituem uma dicotomia estrita de categorias discretas**. Tal como a Linguística Cognitiva defende hoje (cf. Silva, 1999: 636-638 e 2006: 49), estes fenómenos fazem parte, antes, de **um continuum de relação de semelhança/diferença de sentidos de uma mesma forma estendido entre dois pólos prototípicos**:

“Deve então concluir-se que a distinção entre polissemia e homonímia é inútil? Não. Além do mais, porque a polissemia é um fenómeno de motivação, que introduz uma certa redundância no léxico mental, ao passo que a homonímia é um fenómeno accidental. **O que daqui se pode concluir é que polissemia e homonímia não constituem uma dicotomia estrita, mas antes fazem parte de um continuum de relação de sentidos**. E metodologicamente, (...) uma análise polissémica será preferível a uma análise homonímica sempre que se encontrarem factores de coerência semântica num complexo de sentidos associados a uma mesma forma.” (Silva, 2006:49) [negritos nossos].

Vejamos como o mesmo autor explica esta situação no caso do estudo de sentidos múltiplos do verbo ‘*deixar*’ e da distinção básica de dois sentidos fundamentais ‘*deixar*’<sup>1</sup> (suspender a interacção) e ‘*deixar*’<sup>2</sup> (não intervir):

“Deixar representa um mesmo verbo polissémico ou dois (ou mais) verbos homónimos? Diacronicamente, e apesar das dificuldades na explicação da alteração fonética leixar > deixar, o verbo deixar provém de um mesmo étimo latino: o verbo laxare, que, como vimos, desenvolveu no latim pós-classico e tardio quase todas as significações do verbo português actual. (...) Existem portanto razões fortes e válidas de natureza sincrónica para considerar deixar como um verbo polissémico. Mas, ao mesmo tempo, importa reconhecer a tensão homonímica, sincrónica também, no interior deste complexo semasiológico: ou seja, a multiplicidade semântica de deixar distribui-se por duas categorias, que semântica, formal e funcionalmente tendem a tornar-se independentes. **Diremos então que deixar constitui um caso entre a polissemia e a homonímia**. Ou, e continuando a falar em termos sincrónicos, um exemplo de polissemia com tendência para a homonímia. Esta natureza “híbrida” pode ler-se, aliás, no próprio “network” de deixar (...).” (Silva, 1999: 636-638). [negritos e sublinhados nossos]

Assim, e retomando um dos exemplos acima apresentados, enquanto entre “os dois fogos”, isto é o ‘*fogo!*’<sup>1</sup> e o ‘*fogo?*’<sup>2</sup> existe um relacionamento prototipicamente homonímico, na maioria dos casos tradicionalmente tidos como exemplos de homonímia – e tal como ilustram os exemplos de ‘*banco*’ ou ‘*canto*’<sup>2</sup> & <sup>3</sup> – esta homonímia resulta, de facto, mais periférica em relação ao núcleo, situando-se num

*continuum* de relações semânticas e, por conseguinte, sujeitando-se a uma análise polissémica, resultante da coerência semântica pelo menos parcial dos sentidos existentes numa mesma forma lexical.

### 3. Como representar a multiplicidade de sentidos?

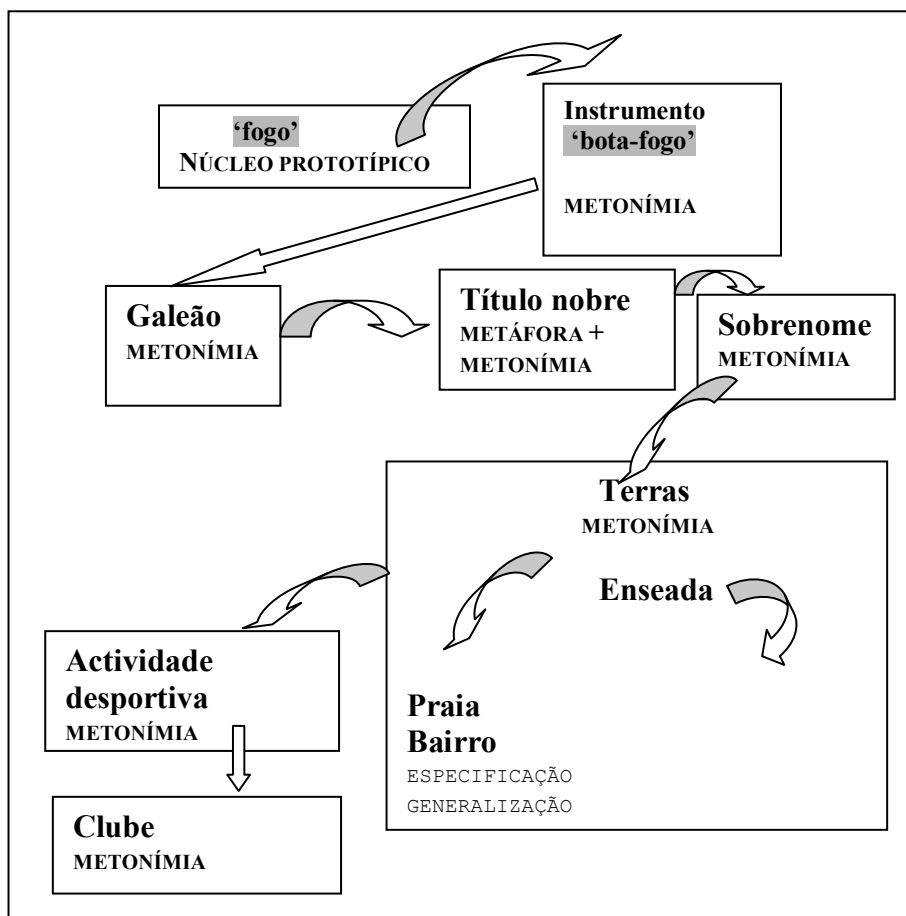
A racionalização das relações que existem entre sentidos diferentes costuma levar os linguistas cognitivos a elaborar representações efectuadas de formas diversas: quer em redes radiais quer em modelos esquemáticos quer, ainda, em representações mais complexas, frequentemente multidimensionais, seguindo uma estratégia de racionalização e representação do que se julga funcionar ao nível mental. O que chama a atenção, neste caso, é o facto de, para os mesmos dados linguísticos, as diferentes alíneas da teoria cognitiva bem como os seus representantes apresentarem, independentemente, representações diferenciadas, realçando aspectos diferentes que se considera deverem ser cumpridos por uma representação, tais como a elegância, a economia ou maior realismo cognitivo ou, ainda, relevância psicolinguística. Assim, não se defende que existam representações melhores ou piores; existem, antes, representações que permitem realçar certas características de *construção do sentido* mais do que outras.

Seja qual for a representação escolhida, é importante que o significado não seja nela tratado de um modo *reificado*, isto é, como objecto bem definido e estável, com propriedades fixas e determinadas, por exemplo, apenas na sua forma lexicográfica. Pelo contrário, o sentido em Linguística Cognitiva deve ser tratado como uma *entidade processual e experiencial*, intrinsecamente flexível, dinâmica e determinada contextualmente. O significado está, assim, em construção, em função do conhecimento social e histórico partilhado pelos falantes da linguagem-em-uso. Como exemplo desta concepção do sentido, apresenta-se, a seguir, uma proposta de representação das relações existentes entre as conceptualizações inerentes a um item lexical. Para tal, escolhemos o item ‘*bota(-)fogo*’, conforme por nós analisado (Batoró, 2008).

(8)

Segundo reza a história, tradicionalmente, designava-se por ‘*botu-fogo*’ (i) um instrumento militar, uma haste com um pavio, com a qual o artilheiro detonava os canhões, ou seja, ‘*botava fogo*’ (palavra formada por metonímias EFEITO PELA CAUSA + INSTRUMENTO PELA ACTIVIDADE a partir do sentido prototípico do item ‘*fogo*’). Foi esta designação que deu origem ao nome atribuído a um famoso (ii) galeão conhecido pelo seu poder de fogo, robustez e eficácia (metonímias: CAUSA PELO EFEITO + CONTINENTE PELO CONTEÚDO). A partir daí, muitos dos fidalgos portugueses passaram a utilizar este nome como (iii) título nobre (metáfora + metonímia: PARTE PELO TODO), tal como aconteceu com (iv) um oficial de artilharia que ganhou o apelido de ‘*Botafogo*’ e incorporou-o ao seu sobrenome (metonímia: PARTE PELA PARTE). Galardoado com (v) terras situadas na área da baía da Guanabara pelos seus feitos heróicos (metonímia: PARTE PELA PARTE), passou-lhes o seu novo nome, baptizando, assim, (v-a) uma enseada, (v-b) uma praia (especificação) e, posteriormente, (v-c) um bairro do Rio de Janeiro (generalização). A partir das actividades desportivas desenvolvidas nesta praia teve a sua origem (vi) o nome do conhecido clube desportivo carioca de *Botafogo de Futebol e Regatas* (metonímias:

ACTIVIDADE PELO LUGAR + INSTITUIÇÃO PELA ACTIVIDADE QUE DESENVOLVE), sendo os seus associados, jogadores ou adeptos conhecidos por *'botafoguenses'* (cf. Quadro 1). Tal como evidencia esta proposta de representação, a polissemia não é restringida apenas ao sentido que pode vir a ser abordado em termos lexicográficos. Pelo contrário, mostra-nos a natureza enciclopédica do significado linguístico (esbatendo, por exemplo, as fronteiras entre os nomes comuns e os nomes próprios), fazendo-o tanto quantitativa como qualitativamente. Em termos quantitativos, a extensão do sentido e a formação de novos sentidos é o resultado de novas experiências e novas conceptualizações, é a resposta à constante variação e inovação. Do ponto de vista qualitativo, a **representação** reflecte a possibilidade de **associarmos os novos sentidos de modo coerente em função não só do conhecimento enciclopédico**, mas também dos **mecanismos cognitivos** (principalmente da metáfora e da metonímia), bem como do próprio **uso**.



Quadro 1. Rede de conceptualizações semânticas de *'bota(-)fogo'*.



#### 4. Conclusões

Embora os estudiosos defendam que a distinção entre polissemia e homonímia não tem importância para o uso efectivo da língua, consideramos que o conhecimento destes fenómenos, bem como o conhecimento acerca dos critérios que permitem a sua explicitação através da sua distinção e representação, é importante, apontando para a necessidade de um metaconhecimento mais explícito.

No quadro da Linguística Cognitiva, uma visão escalar e não dicotómica da distinção conceptual entre homonímia e polissemia constitui, no nosso entender, um fundamento teórico indispensável para aplicações efectuadas ao ensino, principalmente, ao ensino do Português língua não-materna.

A necessidade de metaconhecimento revela-se particularmente importante no caso de falantes não-nativos que aprendem uma língua nova e, ao não disporem da intuição dos nativos, precisam de ferramentas “mensuráveis”, reais e concretas que lhes possam servir como auxiliar de aprendizagem.

Existem dois tipos de ferramentas que podem servir na análise e distinção dos sentidos múltiplos: os testes e as representações.

Os testes, sejam eles diacrónicos ou sincrónicos, apresentam certas fragilidades que não permitem a sua utilização em termos absolutos, distinguindo inequivocamente o que podemos considerar polissémico do que entendemos como homonímico. Pelo contrário, os estudos efectuados no âmbito da Linguística Cognitiva defendem que os dois fenómenos, a polissemia e a homonímia, não funcionam em dicotomia estrita de categorias discretas, mas, pelo contrário, fazem parte de um *continuum* de relação de semelhança/ diferença de sentidos de uma mesma forma estendido entre dois pólos prototípicos.

No que diz respeito às representações, seja qual for a representação escolhida, é importante que o significado não seja nela tratado de um modo *reificado*, isto é, como objecto bem definido e estável, com propriedades fixas e determinadas, o que implica que estejamos sempre perante *representações possíveis* e não perante representações absolutas.

Na sequência do que foi dito atrás, o sentido, em Linguística Cognitiva, é tratado como uma *entidade processual e experiencial*, intrinsecamente flexível, dinâmica e determinada contextualmente. O significado está, assim, em construção, em função do conhecimento social e histórico partilhado pelos falantes da linguagem-em-uso. Por conseguinte, não se defende que existam representações melhores ou piores; existem, antes, representações possíveis que permitem realçar certas características de *construção do sentido* mais do que outras.

Na verdade, a problemática das representações mentais, isto é, do modo como estão representadas na mente dos falantes os diferentes usos de formas linguísticas, continua em aberto à espera de confirmações vindas das áreas das neurociências, apesar de dispormos já de confirmações neurobiológicas, evidenciadas, por exemplo, nos estudos recentes de Damásio e Edelman.

Em Linguística, a polissemia continua entretanto a desempenhar funções de janela que nos permite observar alguns conteúdos mentais que tornam a linguagem possível.

## Referências

- Batoréo, Hanna Jakubowicz (2004) *Linguística Portuguesa: Abordagem Cognitiva*. CD-ROM. Lisboa: Universidade Aberta.
- Batoréo, Hanna Jakubowicz (no prelo) As raízes do *bota(-)fogo*: construção de sentidos múltiplos. Evidência do Português Europeu. a publicar nas Actas do *II Congresso sobre Metáfora na Linguagem e no Pensamento*, no âmbito da comunicação coordenada: *Processos Figurativos e o Léxico: a Interface Cognição/Morfologia*, 21-24 de Out. 2008, Fortaleza, Brasil.
- Correia, Margarita (2000) Homonímia e polissemia – contributos para a delimitação dos conceitos. *Palavras* 19, Lisboa: A.P.P., pp. 57-75.  
[http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/2000-mcorreia-homonimia\\_polissemia.pdf](http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/2000-mcorreia-homonimia_polissemia.pdf)
- Correia, Margarita e Lúcia San Payo de Lemos (2005) *Inovação Lexical em Português*. Lisboa: Edições Colibri e APL.
- Croft, William & D. Alan CRUSE (2004) *Cognitive Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Langacker, Ronald W. (2000) *Grammar and Conceptualization*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- Lyons, John (1977) *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Silva, Augusto Soares da (1989) Homonímia e polissemia: análise sémica e teoria do campo léxico. In Ramón Lorenzo (ed.) *Actas do XIX Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românicas*, vol. II, *Lexicologia e Metalexicografia*. A Corunha: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1992, pp. 257-287.
- Silva, Augusto Soares da (1990) *Polissemia e Homonímia. Contribuições para um estudo funcional*. Trabalho de síntese para Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. Braga: Faculdade de Filosofia da UCP.
- Silva, Augusto Soares da (1999) *A Semântica de DEIXAR. Uma Contribuição para a Abordagem Cognitiva em Semântica Lexical*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Silva, Augusto Soares da (2006) *O Mundo dos Sentidos em Português: Polissemia, Semântica e Cognição*. Coimbra: Almedina.
- Talmy, Leonard (2000) *Toward a Cognitive Semantics*. Vol. I: *Concept Structuring Systems*. Vol. II: *Typology and Process in Concept Structuring*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Vilela, Mário (1994) *Estudos de Lexicologia do Português*. Coimbra: Almedina

## Dicionários

- Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa* (2001). Lisboa: Verbo.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2002). Lisboa: Círculo de Leitores.